

SECRETARIA DE ESTADO  
DE SAÚDE



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**



**ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA PARAÍBA**

# **PROJETO PEDAGÓGICO**

**ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA / PB**

**2021**

**Governador do Estado**

João Azevedo Lins Filho

**Secretário de Estado da Saúde**

Geraldo Antônio de Medeiros

**Secretária Executiva de Estado da Saúde**

Renata Valéria Nóbrega

**Secretário Executivo de Gestão da Rede de Unidades de Saúde**

Daniel Gomes Monteiro Beltrammi

**GERENTES****Planejamento e Gestão**

Marcelo José Costa Mandu

**Finanças**

Brunna Regina Nascimento Rodrigues de Souza

**Administração**

Patrícia Alves de Araujo

**Gestão Pactuada**

Ana Rita Ribeiro da Cunha

**Atenção à Saúde**

Maria Izabel Ferreira Sarmento

**Tecnologia da Informação**

Enos Rafael Lins Ayres

**Regulação, Controle e Avaliação da Assistência**

Carolina Dantas Rocha Xavier de Lucena

**Vigilância em Saúde**

Talita Tavares Alves de Almeida

**Unidades Ambulatoriais e Hospitalares**

Ana Helena Rodrigues Oliveira

**ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA PARAÍBA****Direção Geral**

Felipe Proenço de Oliveira

**Direção Administrativa**

Davy Alves da Silva

**Direção Acadêmica**

Daniela Gomes de Brito Carneiro

**COLABORADORES**

---

AdrianaTófoli

Ademilson Montes Ferreira Júnior

Afonso Rodrigues Tavares Netto

Bárbara Lima Rocha

Cylene Bezerra de Medeiros Nóbrega

Evellin Bezerra

Ernande Valentin do Prado

Fernando Rocha Lucena Lopes

Glaucia Pontes Brito da Silva

Islany Costa Alencar

Israel Dias de Castro

Juliana Nunes AbathCananéa

Maria José Santos Ribeiro

Maria Delzúita Fontoura de Sá Leitão

Max Fernando Silva de Lima

Pedro Alberto Lacerda

Renata Brandle Morato de Queiroz

Thaís Maíra de Matos

Vânia Maria da Silva Félix

## **APRESENTAÇÃO**

Consta na Lei Orgânica da Saúde que o Sistema Único de Saúde (SUS) é responsável pela ordenação da formação de recursos humanos em saúde. Essa orientação está em consonância com o debate internacional sobre formação em saúde, onde entende-se que tal modalidade deve ter coerência com as necessidades dos sistemas de saúde. Não é possível mais pensar em processos educativos que tenham como objetivo somente a certificação de um profissional. É preciso saber se isso está contribuindo para o aperfeiçoamento do SUS e, principalmente, se está melhorando as condições de vida da população brasileira.

A Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB) já nasce a partir do olhar do serviço de saúde, em um contexto de envolvimento crescente da gestão do SUS nos processos de formação. A educação deve ser pensada pelo trabalho, o qual deve ser realizado em equipe e precisa valorizar todo o conhecimento que é produzido no cotidiano do serviço, dessa prática diária que gera inovações na busca de responder as necessidades das pessoas que são cuidadas na saúde.

É dessa forma, reforçando o protagonismo das trabalhadoras e dos trabalhadores do SUS, que a ESP-PB aponta quais são os seus desafios para próximos cinco anos. Se muito vale o que já foi feito pelo Centro de Formação de Recursos Humanos, muito ainda virá pela frente nesse novo período histórico que começa a ser contado com a criação da Escola. É pensar a dimensão estratégica que a Educação Permanente em Saúde tem na gestão do sistema, no seu processo contínuo de reflexão, problematização e, principalmente, transformação da realidade de um país que ainda convive com índices absurdos de desigualdade.

Essa Plano é fruto da elaboração coletiva de quem trabalha na Escola de Saúde Pública. E demonstra as novas potencialidades efetivadas com a criação da ESP-PB, ao vincular os processos de formação em saúde com as necessidades de inovação e pesquisa para o SUS. Além disso, demonstra a perspectiva de dialogar com os atores que constroem a educação na saúde: trabalhadores, usuários, professores, estudantes e gestores nas instituições de ensino e de saúde.

É possível trabalhar com diferentes definições de planejamento, mas uma das que mais se destaca é a de entender o contexto dinâmico na busca de atingir o que se espera em uma instituição. Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional traz metas arrojadas, que incluem, por exemplo, a necessidade de reconhecimento de novos processos de formação da Escola, o fortalecimento das iniciativas da pesquisa e a estruturação do corpo docente da ESP-PB.

Está feito o convite para conhecer mais do que a Escola de Saúde Pública tem feito e pode fazer. Ao mesmo tempo, entender esse documento enquanto instrumento de monitoramento das ações para os próximos cinco anos. Espera-se com isso que continue essa história de defesa incondicional do Sistema Único de Saúde e de uma formação pautada pelo diálogo, pelo que é significativo e, fundamentalmente, pela transformação da realidade.

## **1. INTRODUÇÃO**

As organizações em geral vivem a necessidade de desenvolver novas capacidades para enfrentar as adversidades e gerar resultados sustentáveis que consolidem o fortalecimento institucional. No âmbito da formação profissional em saúde do Estado da Paraíba, ao longo dos anos, suas ações adquiriram maior abrangência e abarcaram com maior plenitude a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), suscitando novas demandas e despertando a necessidade de desenvolvimento de estratégias organizacionais inovadoras.

A PNEPS fortalece a definição de educação na saúde enquanto produção e sistematização de conhecimentos relativos à formação e ao desenvolvimento para a atuação em saúde, envolvendo práticas de ensino, diretrizes didáticas e organização curricular, sendo também conhecida como educação no trabalho em saúde, a qual envolve as modalidades de educação continuada e Educação Permanente em Saúde (EPS). Tais modalidades possuem potencialidades que possibilitam a reflexão sobre o processo de trabalho, autogestão, mudança institucional e transformação da prática em serviço (BRASIL, 2013).

Tendo por base a formação e qualificação dos processos de gestão do trabalho e educação na saúde, as Escolas de Saúde Pública (ESP) podem fomentar o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a promoção de maior eficiência dos processos de trabalho, convergindo para os princípios e diretrizes da EPS, enquanto política de valorização social das ações educativas na saúde (BUSS, 1999; SOUZA, COSTA, 2019).

Nessa perspectiva, é fundamental a valorização do trabalho no SUS associado à implementação de metodologias ativas no processo de ensino-

aprendizagem e à reflexão das demandas e necessidades locais, como eixos pedagógicos norteadores das práticas de EPS, centralizadas em um espaço de reflexão, diálogo e planejamento (SOUZA, COSTA, 2019).

Na realidade do estado da Paraíba, a recente criação da ESP-PB possibilita a otimização do planejamento e da execução das ações de EPS, aprimoramento dos processos de trabalho, melhorias na qualidade dos serviços de saúde prestados à população e maior conhecimento das necessidades locais através do desenvolvimento de pesquisas e tecnologias inovadoras para a saúde.

Compreendendo a importância do planejamento coletivo, colaborativo e participativo, o PDI da ESP-PB para o quinquênio 2021-2025 aponta os rumos que a ESP-PB almeja trilhar nos próximos anos, para o seu enraizamento na EPS do estado da Paraíba, disseminando saberes e aprimorando práticas na saúde.

## **2. HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA PARAÍBA**

Com o propósito de avançar em uma política de formação que envolva os trabalhadores e profissionais do SUS da Paraíba e identificando a necessidade de um processo de ensino-aprendizagem que ressignifique os espaços de prática e produção do cuidado integral e humanizado em toda rede SUS, o CEFOR/RH-PB propôs a criação da ESP-PB.

Apontada como proposta norteadora do Plano Estadual de Saúde (PES), essa perspectiva tem como estratégia a oferta de cursos *lato sensu* - Especializações, Residências Médicas e Multiprofissionais, assim como cursos *stricto sensu* sem deixar a oferta continuada de formação de trabalhadores de nível técnico do SUS.

A criação da ESP-PB significa um avanço no cenário paraibano, se destacando como protagonista na Política Estadual de Educação Permanente em Saúde, visando a qualificação dos trabalhadores do SUS de forma a aperfeiçoar o seu processo de trabalho e, conseqüentemente, potencializar a intersetorialidade na organização das redes e linhas de atenção à saúde, fortalecer as práticas de educação permanente em saúde e garantir a

integração do ensino-serviço nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Para tanto, foi idealizado um processo de trabalho dialógico com as necessidades de saúde locais e as linhas de cuidado prioritárias da SES, havendo foco no desenvolvimento científico, na inovação de práticas, na educação na saúde, na troca de experiências e na constante reflexão dos processos de trabalho no SUS, conforme apontado na figura 1.

**Figura 1. Fluxograma de atuação da ESP-PB conjuntamente às linhas assistenciais do SUS e SES/PB.**



Fonte: Elaboração própria, 2019.

### 3. DIRETRIZES DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

#### 3.1 MISSÃO

Fortalecer a Rede de Educação na Saúde para qualificação de trabalhadores do SUS e de estudantes da área de saúde com propostas pedagógicas inovadoras e dialógicas que possam fundamentar, orientar e subsidiar as ações referentes ao trabalho, à pesquisa e à inovação, à

docência, à extensão e ao cuidado em saúde nos múltiplos contextos sócio-políticos, em consonância com as políticas públicas de saúde.

### 3.2 VISÃO

Ser uma instituição pública de referência para a formação de trabalhadores da saúde, integrando ensino, pesquisa, serviço e comunidade, mediante a produção de conhecimentos técnico-científicos e culturais que ressignifiquem o processo de trabalho, buscando, nessa perspectiva, a consolidação e o fortalecimento do SUS, enquanto política social, melhorando o cuidado na saúde e contribuindo para a redução das desigualdades sociais.

### 3.3 VALORES

- Compromisso institucional com o caráter público e estatal;
- Produção de conhecimento numa perspectiva crítica e participativa;
- Educação como processo emancipatório e permanente;
- Diversidade étnica, de gênero e sociocultural;
- Valorização dos trabalhadores da instituição, estudantes-trabalhadores e parceiros;
- Compromisso socioambiental;
- Democracia participativa;
- Democratização do conhecimento;
- Ética, transparência e compromisso com a transformação social.

### 3.4 PÚBLICO ALVO

- Trabalhadores, profissionais, gestores, prestadores de serviço e usuários do SUS;
- Trabalhadores e profissionais da saúde não vinculados ao SUS;
- Residentes e estudantes de nível médio e superior na área da saúde e afins.

## 3.5 OBJETIVOS

### 3.5.1 Objetivo geral

Fortalecer uma Rede de Educação na Saúde para qualificação do SUS com propostas pedagógicas inovadoras e dialógicas que possam fundamentar, orientar e subsidiar as ações referentes ao trabalho, à pesquisa, à docência e ao cuidado em saúde nos múltiplos contextos sócio-políticos.

### 3.5.2 Objetivos específicos

- Qualificar trabalhadores para a saúde promovendo competências e habilidades que possam fundamentar, orientar e subsidiar as ações referentes ao exercício profissional, pesquisa e docência;
- Fortalecer Rede de Estadual de Educação em Saúde;
- Estimular mudanças no processo de trabalho com orientações dialógicas e formações pedagógicas inovadoras;
- Fortalecer o Sistema Único de Saúde;
- Otimizar o cuidado em saúde no contexto sócio-político.

## 4. PROJETO PEDAGÓGICO

Conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 –, em seu art.12, inciso I, “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, sendo esse um documento orientador a para traduzir a história da instituição, orientar os documentos normativos e a execução dos cursos, evidenciar os princípios ideológicos, estrutura organizacional e os mecanismos de tomada de decisão.

Construído coletivamente, representa a oportunidade da direção da escola juntamente com a comunidade acadêmica de definir o papel social e estratégico da instituição na educação, organizando suas ações para atingir os objetivos propostos.

A base teórica que fundamentará as práticas de trabalho educativo na ESP-PB parte de uma visão progressista e moderna da educação de adultos e

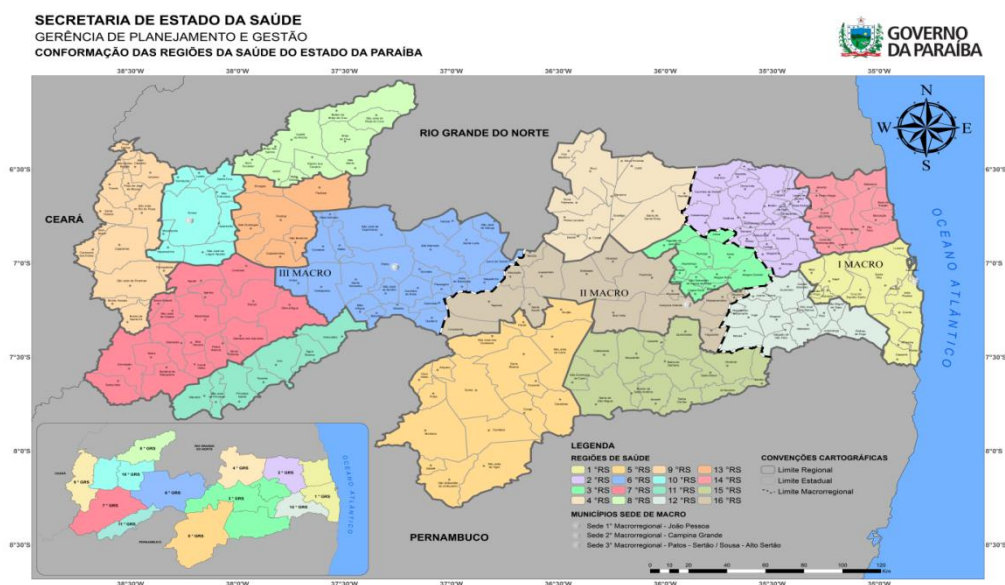


tem por alicerce a formação e qualificação de sujeitos críticos, reflexivos e autônomos, permeados pela valorização de suas experiências e pela problematização (AZEVEDO, 2010).

O Projeto Político Pedagógico da ESP-PB fundamentar-se-á nos princípios pedagógico e filosóficos de Paulo Freire, que embasam uma educação emancipatória, assim como, em modelos teóricos e metodológicos que vão além da visão tecnicista de aquisição do conhecimento, na repetição de padrões.

A ESP-PB é a instituição de referência para a qualificação de todos os trabalhadores do SUS da Paraíba. Esses trabalhadores estão presentes nas três esferas de governo, seja federal, estadual e municipal, o principal foco de abrangência do ESP-PB são os serviços de saúde estaduais, contudo a escola também é referência de formação em saúde para as gestões municipais dos 223 municípios da Paraíba.

A atual configuração da regionalização da saúde na Paraíba organiza o Estado em 16 regiões de saúde, distribuídas em três macrorregiões, contemplando os 223 municípios, conforme demonstrado na Figura 1. A Paraíba possui ainda 12 unidades técnico administrativas da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES-PB), denominadas de Gerências Regionais de Saúde (GRS), que têm a missão de assumir a responsabilidade sanitária compartilhada no território de abrangência, oferecendo apoio técnico no âmbito da atenção, gestão e educação em saúde aos municípios, fortalecendo o processo de regionalização no Estado.



#### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A ESP-PB oferta cursos centralizados na própria sede, em João Pessoa, e de forma descentralizada, por meio de parceria com serviços ou instituições que possam disponibilizar espaços e infraestrutura necessários às propostas dos cursos. A parceria que mais pode-se destacar se dá com as Gerências Regionais de Saúde (GRS), que podem ser consideradas pólos base da escola.

Por meio da Rede de Educação na Saúde do estado, as GRS tornam-se a sede dos Núcleos Regionais de Educação na Saúde (NURES), composto por Apoiadores Institucionais, Apoiadores Matriciais, Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS) dos serviços estaduais de saúde e Núcleos Municipais de Educação Permanente em Saúde.

Além dos NURES, as GRS possuem uma estrutura que possibilita a oferta de ações educativas para os cursos ofertados pela ESP, a saber: sala de reunião com computadores e Datashow, auditório, copa e banheiro.

Abaixo, descrevemos, sucintamente, algumas características das GRS no estado da Paraíba:

#### **Quadro8. Características Gerais das Gerências Regionais de Saúde do estado da Paraíba, 2021.**

<b>Gerência Regional de Saúde</b>	<b>Regiões</b>	<b>Municípios</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>População estimada</b>
1ª	1ª e 14ª	25	Av. Dom Pedro II, 1548 – Torre Cep 58040-440 <b>João Pessoa/PB</b>	1.272.522
2ª	2ª	25	Rua Pe. Hildebrando Marques s/n Cep 58200-000 <b>Guarabira/PB</b>	205.341
3ª	3ª, 15ª e 16ª	12	Rua Eutécia Ribeiro, 390 Catolé Cep 58100-000 - <b>Campina grande/PB</b>	878.067

4 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	12	Rua Projetada, s/n Cep 58175-000 <b>Cuité/PB</b>	111.452
5 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	17	Rua Wagner Augusto B. Japiaçú, s/n Cep 58500-00 <b>Monteiro/PB</b>	119.240
6 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	24	Rua Horácio Nóbrega, s/n Belo Horizonte Cep 58700- 000 <b>Patos/PB</b>	233.768
7 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	18	R.pedro Jeronimo s/n Ouro Branco, <b>Piancó/PB</b>	148.739
8 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	10	Praça Getúlio Vargas, 48 Cep 58884-000 <b>Catolé do Rocha/PB</b>	116.418
9 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	15	Avenida Dr. José Moreira de Figueiredo s/n, Centro Cep 58900-000 <b>Cajazeiras/PB</b>	174.671
10 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup> e 13 <sup>a</sup>	15	R. Projetada s/n Jardim Bela Vista, <b>Sousa/PB</b>	176.225
11 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	7	Rua Profº Rosas s/n Centro Cep 58775-000 <b>Princesa Isabel/PB</b>	83.905
12 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>	14	Rua do Jacurí, 590 Bairro do Jucuri Cep 58360-000 <b>Itabaiana/PB</b>	174.327

Fonte: Dados ESP-PB, 2021.

## 4.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE DIRECIONAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA ESP-PB

Segundo Knowles, Holtone Swanson (2009), Andragogia é a arte e a ciência, voltada a ajudar os adultos a aprenderem e a compreenderem o seu processo de aprendizagem. É real que existem diferenças relevantes entre crianças e adultos, o que, espontaneamente, causa diferentes processos de

aprendizagem nos mesmos indivíduos, durante as diferentes etapas da vida (KNOWLES; HOLTON; SWANSON, 2009).

Para Mucchieli (1981) e Madeira (1999), o aprendiz adulto possui uma série de particularidades, que devem ser consideradas no processo de ensino-aprendizagem. A maturidade da fase adulta traz a independência. As experiências, vividas pelos adultos, favorecem aprendizados e erros, que trazem vivências marcantes para toda a vida. Os adultos são capazes de fazer críticas e análises de situações, além de paralelos com as experiências já vividas, aceitarem ou não as informações que chegam, pois desenvolvem habilidades mais intelectuais e querem experimentar e vivenciar.

O aprendiz adulto tem densa carência psicológica de ser percebido pelos outros como “autodirigido”. Alguma experiência educacional infantilizada, que o adulto perceba que está sendo conduzido como criança, pode influenciar, negativamente, no seu aprendizado.

No modelo andragógico, o educador atua como um facilitador. O planejamento do plano educacional deve ser efetivado com a participação dos potenciais educandos, diante da avaliação de suas necessidades. A elaboração de objetivos instrucionais se pauta no respeito às necessidades identificadas e a motivação deverá ser presentenas experiências de aprendizagem. A espontaneidade da educação de adultos é um critério fundamental da Andragogia (HOLMES; ABINGTON-COOPER, 2000; NOGUEIRA, 2004).

De acordo com Knowles, Holton, e Swanson (2009), a Andragogia se pauta em cinco princípios: a necessidade de saber, onde o aprendiz adulto necessita saber porque eles precisam aprender algo, antes de se enquadrar na tentativa de aprender; a independência e o conceito de si mesmo, quando adultos necessitam sentir a responsabilidade por suas decisões e serem tratados como capazes de se autodirigir; a orientação para aprender, onde adultos são instigados e motivados para aprender à medida que compreendem que incrementará sua performance nas atividades diárias e profissionais; e o papel da experiência, em que aprendizes adultos possuem uma série de experiências de vida que concebem o recurso mais rico de aprendizagem.

Esse processo não é possível sem que os aprendizes produzam sentidos e significados acerca de suas aprendizagens, de maneira contextualizada e

protagonista, levando em conta o conhecimento prévio que trazem consigo, compreendendo que os indivíduos adotam diferentes maneiras de construir e lidar com o conhecimento, não só pela natureza de seus objetos específicos, mas pela visão de sujeito de conhecimento, de verdade e de mundo que carregam.

A aprendizagem significativa ocorre quando uma nova ideia se relaciona aos conhecimentos prévios, atribuindo sentido ao objeto de estudo proposto. Nesse processo, o estudante não deve abandonar as características socioculturais nem o significado social que já construiu sobre o tema, mas amplia e atualiza a informação anterior, atribuindo novos significados a seus conhecimentos.

Para que isso seja alcançado, é preciso conceber metodologias coerentes com tais proposições, isto é, que superem a transmissão mecânica de conhecimentos e a formação tecnicista em direção à práxis pedagógica, com vistas à formação de um sujeito ético, reflexivo e humanizado.

Diante disso, a ESP-PB se propõe a pensar a educação a partir de uma perspectiva crítica, uma educação comprometida com o exercício da cidadania, com vistas à democracia. Para Lora (2005), a ideia de uma educação que contribui para formar consciência crítica considera que o processo educativo deva possibilitar a mudança e o desenvolvimento de uma maneira de pensar que auxilie o aprendiz a refletir sobre sua realidade. Nessa ótica, o professor trabalha incentivando, problematizando, mediando este processo de “transformação de consciência ingênua para a consciência crítica”, que, segundo Paulo Freire, possibilitaria ao estudante analisar profundamente sua realidade e refletir de maneira consistente, passível de transformações e modificações em sua forma de entender e ver o mundo.

As atividades educativas da ESP-PB utilizam-se também da interdisciplinaridade como ponto de convergência para o aprendizado. Em acordo com Japiassu (1976), a disciplinaridade é definida como um conjunto sistemático e organizado de conhecimentos com características próprias nas distintas áreas de ensino cuja exploração conduz a novos conhecimentos que substituem os antigos.

Siebeneichler (1989) agrupa essas formas de relações em dois grupos básicos: no primeiro, encontram-se a multi e pluridisciplinaridade e no segundo,

a inter e transdisciplinaridade. Este autor conceitua a interdisciplinaridade como a busca pela superação das fronteiras disciplinares. Pode-se construí-la através da definição do que as disciplinas têm em comum em níveis de integração mais profundos, através da unificação ou síntese de conhecimentos científicos ou do estabelecimento de uma linguagem interdisciplinar consensualmente construída. Observa-se uma troca profunda entre disciplinas, onde instrumentos, métodos e esquemas conceituais podem vir a ser integrados.

Esta compreensão sobre a interdisciplinaridade nos habilita a desenvolver novas perspectivas sobre os objetos de estudo em nossas formações pedagógicas, criando novas percepções e sentidos para o enfrentamento de questões e problemas de saúde pública e coletiva que se apresentam no cotidiano de nossas formações.

Em acordo com estes princípios filosóficos, teóricos e metodológicos está o nosso alinhamento político com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (BRASIL, 2009), que tem como seus pressupostos a aprendizagem significativa, a problematização, a visão crítica e plural para o processo de trabalho em saúde, e que visa transformar a realidade do trabalho, do ensino e dos sujeitos que atuam nesta área.

#### 4.3 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Para o atendimento das diretrizes pedagógicas propostas pela escola, a ESP-PB mantém a oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio subsequente, Cursos de Formação inicial e continuada da educação profissional, em conformidade com as indicações da Política de Saúde para o SUS do Estado da Paraíba e com as diretrizes curriculares nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio e os Programas de Residência regulamentados por legislações interministeriais e definidos como modalidade de ensino de Pós-Graduação *Lato Sensu*, voltados para a educação em serviço e destinados às categorias profissionais que integram a área de saúde.

Além desses cursos, a escola tem como meta oferecer cursos e Pós-Graduação *Lato Sensu*, na modalidade presencial e EAD, que objetivam a qualificação de profissionais segundo as diretrizes do SUS e as demandas

identificadas nas Redes de Atenção à Saúde do Estado da Paraíba e os programas Stricto-Sensu, estes por meio de parcerias com Instituições de Ensino Superior que já apresentam programas reconhecidos pelo MEC.

Os Cursos da educação profissional, na modalidade presencial e EAD e os cursos de Pós Graduação presenciais são autorizados e reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação, de acordo com a legislação em vigor. Já os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade EAD, são regulamentados pelo MEC.

Para cada oferta, existe uma Proposta Pedagógica de Curso, que deverá ser seguida e que dispõe dos dados e informações fundamentais para a execução do curso como: calendário, organização curricular, metodologia, avaliação, perfil profissional, além das competências, habilidades e valores a serem desenvolvidas.

Os cursos de aperfeiçoamento e qualificação, são considerados cursos de livre oferta, destinados às demandas de formação continuada e permanente para os profissionais da saúde. A ESP-PB entende enquanto cursos de atualização/aperfeiçoamento como aqueles destinados a atualizar e/ou complementar conhecimentos dos trabalhadores e profissionais do SUS, no sentido de atender às mudanças tecnológicas e organizacionais do processo de trabalho em saúde.

#### **4.3.1 Formação Pedagógica para Coordenadores e Facilitadores dos Cursos Oferecidos pelo ESP-PB**

Diante da diversidade das necessidades dos educandos e das condições e contextos de trabalho novos, os educadores, aqui denominados também de facilitadores do processo ensino e aprendizagem, precisam além de reinventar suas práticas pedagógicas, também dispor de arranjos didáticos e situações de aprendizagem que possibilitem a produção e transformação das práticas, o desenvolvimento de habilidades e desempenhos alinhados em sentidos e significados para o indivíduo, seu grupo e a sociedade.

Nesse sentido, a ESP-PB entende que a implantação de ciclos de aprendizagem fomentará, junto aos facilitadores, a construção de atividades formativas mais criativas, colaborativas e adaptáveis, em contraposição às

atividades formatadas, centradas no saber do professor, na transmissão, disciplinares e individuais. Para isso, considera essencial a formação permanente dos facilitadores, bem como dos coordenadores e equipe pedagógica dos cursos durante o planejamento e desenvolvimento das ações educacionais, a partir dos elementos (conquistas e desafios) explorados em reflexão de prática, a partir da vivência ou dos encontros com os educandos.

Outrossim, os processos educacionais dos facilitadores e coordenadores dos cursos da ESP/PB deverão se desenvolver em consonância com os princípios da Educação Permanente em Saúde e do Sistema Único de Saúde, avaliando e transformando as estratégias ao longo do ciclo de aprendizagem. O método empregado na capacitação dos facilitadores poderá ser o mesmo que os facilitadores deverão utilizar com os educandos, uma vez que o exemplo é fundamental para mudança de paradigma.

Para isso, a Direção Acadêmica e o Núcleo de Documentação e Arquivo Acadêmico ESP-PB estruturam, junto aos facilitadores e coordenadores de cursos, os Encontros de Educação Permanente ou Reflexão de Prática (presenciais e em ambientes virtuais de aprendizagem), a partir de um calendário estabelecido.

Para tanto, devem ser utilizadas, preferencialmente, metodologias ativas e participativas de ensino/aprendizagem, que propiciam uma aprendizagem colaborativa, o estímulo ao trabalho em equipe e a capacidade de aprender a aprender. Desse modo, busca-se a indução da transformação nas práticas dos facilitadores e coordenadores para os cursos em execução, guardada a devida coerência entre a intencionalidade educacional e os métodos utilizados.

Assim, os encontros de formação junto aos facilitadores e coordenadores dos cursos têm como intencionalidade:

- Desenvolver reflexões sobre as diferentes formas de aprender dos educandos;
- Pactuar com os educandos a responsabilidade pelo processo de ensino/aprendizagem;
- Buscar estratégias para corresponsabilizar e envolver os educandos em seus processos de desenvolvimento;
- Desenvolver a competência coletiva de cooperação;



- Considerar os diversos contextos e os determinantes e condicionantes do processo de aprender/ensinar/aprender;
- Associar a teoria da prática, bem como produzir ações reflexivas e aprendizagem significativa a partir da realidade concreta;
- Utilizar critérios e indicadores de avaliação da aprendizagem (desempenho, competências individuais e coletivas, tempos de aprendizagem, ritmo e eficácia da implementação dos projetos e estratégias formativas).

A ESP-PB dispõe, em seu organograma institucional, do Núcleo de Desenvolvimento Educacional e Planejamento (NDEP), que tem por atribuição apoiar a discussão filosófica e pedagógica da escola, assim como dar suporte metodológico às atividades formativas e educacionais na instituição. Desta maneira, este núcleo é referência para a Direção Acadêmica e os demais núcleos que desenvolvem ações formativas, tanto para os próprios integrantes dos núcleos quanto para os atores contratados pela ESP-PB para o desempenho de cursos e projetos, sejam coordenadores, facilitadores ou docentes. Sendo assim, as equipes que desempenham ações na formação para a pós-graduação e para os cursos técnicos na ESP-PB tem por premissa a Formação Pedagógica para Docentes com carga horária mínima de 88h, nas quais trabalha os conteúdos formativos, as estratégias e metodologias utilizadas, incluindo o sistema de avaliação a ser utilizado nos cursos.

Os programas de residência em saúde têm se fortalecido cada vez mais como importantes iniciativas educacionais de aprimoramento de profissionais em diversas áreas de atuação, considerando assistência, gestão e educação, e favorecendo o desenvolvimento de capacidades na perspectiva das práticas interprofissionais e colaborativas no trabalho em saúde.

Considerando a importância da inserção de profissionais de saúde, que atuam como preceptores nos cenários do SUS, tornou-se uma prioridade a sua capacitação na área de educação, visando uma maior aproximação entre os mundos do ensino e do trabalho. Diante dessa necessidade, a proposta educacional da ESP-PB para docentes/preceptores dos programas de residência propõe romper com o modelo hegemônico, priorizando a prática de

processos educacionais articulados com o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes que fortaleçam um novo perfil de competência.

Por meio desse perfil, são tensionados os modelos tradicionais não só de educação, mas, conseqüentemente, de atenção à saúde, sendo apontados modelos alternativos, focados na melhoria da qualidade da atenção. O reflexo dessa transformação que se busca alcançar é um cuidado integral, pautado na horizontalização do processo de trabalho, com fortalecimento da interprofissionalidade, a partir de uma concepção ampliada de saúde, que investe em resultados que agregam valor à saúde das pessoas, ao invés da produção de atendimentos.

Neste sentido, é desejável que os preceptores possam aprender e ensinar, não somente transmitir conhecimentos, apoiando estudantes e/ou residentes a desenvolverem uma atitude mais crítica, investigativa e ética, ao mesmo tempo em que revisitam suas práticas e atualizam referências. Devem plantar a curiosidade científica e interesse pela busca de atualização constante e educação, favorecendo a integração e trocas entre o campo do trabalho e a participação dos acadêmicos, integrando teoria e prática.

Portanto, é papel do preceptor utilizar recursos educacionais dialógicos e metodologias ativas de ensino-aprendizagem, promover espaços de reflexão da prática profissional, utilizando-as como insumo para a aprendizagem, trabalhar com diversidade de cenários e atividades, estimulando o trabalho solidário e colaborativo.

Para tanto, a ESP-PB busca contribuir com o processo de valorização do profissional de saúde e a formação profissional qualificada e inovadora, apoiando e fortalecendo os programas de residência com suporte pedagógico, orientado pelas bases da Educação Permanente, em métodos inovadores de ensino-aprendizagem. Esse modelo formativo, baseado nas metodologias ativas e inovadoras, que mobilizem os sujeitos do cuidado ao paciente para uma prática humana, resolutiva e integrada, busca estimular no profissional residente a autonomia do aprendiz por meio dos seus preceptores, tutores e coordenadores, também sujeitos em processo de aprendizagem.

### **4.3.2 Acompanhamento dos cursos**

A matriz curricular dos cursos desenvolvidos pela escola segue a forma modular, a partir do desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo e suas unidades educacionais são organizadas considerando o processo de trabalho na saúde, estimulando a capacidade de refletir sobre a realidade e construindo caminhos para intervenções adequadas baseadas na relação ação-reflexão-ação.

Os conteúdos da iniciativa educacional serão explorados através dos seguintes procedimentos didáticos: problematização da realidade e do processo de trabalho, exercícios em grupo, plenárias, leituras comentadas, seminários, oficinas temáticas, atividades expositivas/dialogadas, discussão de estudos de casos, dentre outros.

O corpo docente da escola deve articular ações que possibilitem a instalação de uma práxis integrativa entre a realidade do serviço local, a matriz curricular dos cursos e os conhecimentos dos estudantes como trabalhadores do SUS. Os coordenadores dos cursos devem colaborar no processo de ensino-aprendizagem nos níveis de orientação, planejamento e acompanhamento das atividades didáticas elaboradas pelos tutores, acompanhando também o percurso de aprendizagem dos estudantes-trabalhadores.

Os núcleos da escola que acompanham cada curso, por sua vez, devem proporcionar o arcabouço pedagógico necessário para a elaboração, construção e execução dos cursos, observando sempre o que determina a legislação, o Regimento Interno e o Projeto Pedagógico (PP) da escola.

Os cursos oferecidos pela ESP-PB são presenciais, sendo os dias de aulas pactuados com os serviços de saúde de onde provém os estudantes, tendo em vista que estes precisam ser liberados de suas atividades profissionais.

Cada curso, a depender das características específicas, é acompanhado por uma equipe da escola, oferecendo toda logística necessária, desde o apoio de materiais e equipamentos até o apoio didático-pedagógico. Os cursos técnicos, de atualização, aperfeiçoamento e qualificação são acompanhados

pelo Núcleo de Formação Profissional. Os cursos de pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu* são acompanhados pelo Núcleo de Pós-Graduação e os Programas de Residência são acompanhados pelo Núcleo de Residências em Saúde, que também dispõe de coletivos próprios para discussões e deliberações específicas dos programas: a Coordenação de Residências Médicas (COREME) e a Coordenação de Residências Uni e Multiprofissionais (COREMU).

Os núcleos são responsáveis pelo acompanhamento de todas as atividades do curso, desde a elaboração do projeto do curso, captação de recursos para sua execução até o acompanhamento das atividades mais ordinárias, como envio da frequência, planos de aula e avaliações ao núcleo de documentação e arquivo acadêmico. Para isso, pactuam com a coordenação e equipe técnica de cada curso, a emissão mensal de relatórios de atividades e um calendário de reuniões para reflexão da prática e acompanhamento das atividades.

Alguns cursos oferecidos pela escola também podem se adequar às propostas dos parceiros e/ou dos convênios aos quais são vinculados, podendo ser presenciais, semipresenciais ou totalmente à distância, desde que cumpram as normativas legais, ao Regimento Interno e ao PP da escola.

### **Núcleo de Documentação e Arquivo Acadêmico (NDAA)**

Toda a documentação legal dos cursos é de responsabilidade do Núcleo de Documentação e Arquivo Acadêmico, no que se diz respeito a cadastro de docentes, estudantes e equipe técnica nos sistemas de monitoramento acadêmico, matriz curricular, resultados de avaliações e frequências. É neste setor que atua o (a) Secretário Acadêmico (a) da escola, que também é responsável pela emissão de diplomas, certificados, certidões e declarações, mediante a conferência da documentação existente no arquivo acadêmico.

Também é este o setor responsável pela submissão dos projetos de cursos ao Conselho Estadual de Educação para fins de autorização e credenciamento para funcionamento.

### **Frequência**

A frequência do (a) estudante-trabalhador (a) é obrigatória em todas as atividades curriculares que envolvam a teoria, teoria-prática e prática, salvo os casos previstos em Lei. Consta, na proposta pedagógica de cada programa e/ou curso, o mínimo de frequência exigida de 75%, considerando-se a carga horária total do curso. Esta frequência é acompanhada pelos coordenadores (as), facilitadores (as) locais e pelo Núcleo de Documentação e Arquivo Acadêmico, com auxílio do núcleo da escola vinculado ao curso.

### **4.3.3 Metodologia do Ensino**

Falar sobre metodologia de ensino é se remeter às diversas práticas pedagógicas que se fundamentam nas teorias da aprendizagem. É importante discorrer brevemente sobre as mesmas para que se possa entender o formato que alicerça as práticas da ESP-PB.

A pedagogia tradicional manteve-se hegemônica até o século XIX. A principal metodologia utilizada é a da transmissão,-ainda predominante nos dias atuais-, inclusive na pedagogia tecnicista. Ambas estão ancoradas na abordagem behaviorista da educação. De acordo com Bordenave (1999) essa abordagem promove: (i) passividade e baixa atitude crítica do estudante; (ii) hábitos de anotar e memorizar; (iii) baixo questionamento das fontes e informações; (iv) pouca aproximação com a prática; (v) preferência pela especulação teórica e tendência ao racionalismo radical; (vi) individualismo e competitividade; (vii) imitação de padrões intelectuais estrangeiros; (viii) reprodução da realidade social. Essa pedagogia está voltada à reprodução da realidade social e, por isso, valoriza a disciplina, a obediência e a adoção acrítica de hábitos. Focaliza, predominantemente o domínio cognitivo, avaliado pela posse e reprodução de conhecimentos.

As pedagogias renovadas, a partir do século XX, conformaram um movimento em contraposição à pedagogia tradicional, iniciado com a escola nova ou ativa. Promoveram a aprendizagem focada na capacidade de aprender a aprender ao invés da memorização. Nessa tendência apareceram as ideias da aprendizagem: pela experiência; centrada no estudante; em pequenos grupos; por problemas.

As pedagogias progressistas, para além de mudanças na metodologia de ensino, buscam a transformação da realidade social e, nesse sentido, não são amplamente institucionalizáveis em economias capitalistas. Uma das tendências progressistas é a pedagogia libertadora de Paulo Freire que contribui, fundamentalmente, com a ideia da educação problematizadora e com base no diálogo (MATUI, 1995; FREIRE, 2011).

Neste sentido, a Teoria Interacionista, a Teoria Experiencial, Teoria Cognitiva da Aprendizagem e Teoria Social Cognitiva constituem as concepções do conjunto de metodologias de ensino adotadas por esta escola.

### **Teoria Interacionista**

Tanto para as pedagogias renovadas, como progressistas, as metodologias ativas são consideradas as tecnologias educacionais que proporcionam engajamento dos participantes no processo educacional (HANNAFIN et al, 1999). Predominantemente, as metodologias ativas estão ancoradas nos princípios da teoria interacionista ou construtivista da educação. Essa teoria considera que as pessoas nascem com a capacidade de aprender e coloca foco na interação entre o sujeito que aprende e o objeto a ser conhecido. As pessoas são consideradas sujeitos naturalmente curiosos e que procuram informações quando essas lhe interessam. O professor orienta o processo de aprendizagem, atuando como facilitador e mediador entre sujeito e objeto. As motivações internas e os conhecimentos prévios dos estudantes, a atuação dos mais experientes -pares e professores- assim como a vivência na escola são valorizadas. O erro é insumo para a construção de conhecimento mais consistente (BECKER, 1993). Para a teoria interacionista, “o homem constitui-se como tal [por meio de] suas interações e, portanto, é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura” (REGO, 1995, p. 93).

As metodologias ativas visam uma aprendizagem ativa, reflexiva, contextualizada e social. Promovem: (i) pró- atividade, por meio da observação; identificação de problemas e respectivas explicações; formulação de perguntas; expressão de valores e percepções; (ii) vinculação da aprendizagem aos aspectos significativos da realidade; (iii) desenvolvimento do

pensamento complexo; (iv) intercâmbio e cooperação entre participantes; (v) desenvolvimento de capacidades de intervenção na própria realidade. Os saberes prévios dos estudantes são respeitados e utilizados para a construção de novos significados, mais ampliados e fundamentados por evidências científicas. O ambiente de aprendizagem, além de respeitoso, é estimulante e valoriza o raciocínio crítico e a capacidade criativa. Razão e emoção são trabalhadas da mesma maneira como arte e ciência, interconexões entre disciplinas e o compromisso com a sustentabilidade do planeta orientam a aprendizagem.

### **Teoria Experiencial**

Segundo Bordenave e Pereira (2000), a Teoria Experiencial teve sua origem no início do século passado para contestar a Educação Tradicional, tida como imperiosa e autoritária, não compatível com a democracia. A teoria da aprendizagem experiencial incide em uma abordagem sobre o desenvolvimento do adulto, especialmente, do profissional. Seu fundador, o americano David Kolb, conceituou a profissionalidade como uma trajetória constante de aprendizagem, desde que o sujeito possa apropriar-se de suas experiências de atuação profissional. São discutidos nesse contexto, os princípios e conceitos pautados na articulação entre alguns tipos de aprendizagem, chamados modalidades de aprendizagem, e o desenvolvimento dos processos cognitivos, comportamentais, afetivos e perceptivos, existentes no decorrer do percurso profissional ou em conjunturas específicas de aprendizagem, como seja o caso de projetos de formação em serviço.

Ainda para o autor acima citado, a visão integrativa e holística da aprendizagem experiencial se acosta das tendências contemporâneas que chamam atenção para a função do pensamento reflexivo, no que diz respeito à melhoria da qualificação profissional. Entretanto, a definição kolbiana adota um caminho original, com potencial de aplicação próprio voltado para estudos e proposições formativas no universo do desenvolvimento profissional.

Kolb (1984) ampara esse postulado no significado de zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky, explicando-a como um princípio de metáforas, representativo da pluralidade de dispositivos culturais, voltados à

promoção de desenvolvimento. Integra um processo dialético e contínuo de aprendizagem, presente no cotidiano do indivíduo. As experiências de aprendizagem direcionam ao incremento do conhecimento porque se direcionam a um fim, um propósito específico de aprendizado.

Os processos de avaliação de aprendizagem na teoria experiencial se dão pelos processos, não pelos produtos. O currículo tem como base a experiência e necessidades dos estudantes, respeitando cada indivíduo, num modelo abrangente e flexível. Diversos princípios e características da teoria, são utilizados pelas metodologias ativas, como o PBL e a Problematização (BORDENAVE; PEREIRA, 2000).

### **Teoria Cognitiva da Aprendizagem (TCA)**

De acordo com a Teoria Cognitiva da Aprendizagem (TCA), desenvolvida por Jerome Bruner, aprender é construir o conhecimento, de modo significativo, partindo do que já se sabe. As denominadas ações cognitivas, como pensar, raciocinar, tomar decisões, são valorizadas. Tal teoria trata da relevância da participação ativa do educando em todo o processo de ensino-aprendizagem, desde o delineamento do programa educacional até sua avaliação (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1978; BRUNER, 1986).

A proposta do currículo é a espiral, onde os temas são trabalhados em momentos distintos e em diferentes contextos e complexidade. Schmidt (1993) sugere seis princípios cognitivos da aprendizagem do adulto: Disponibilidade de conhecimentos prévios; Ativação dos conhecimentos prévios; Estruturação dos conhecimentos na memória; Elaboração das novas informações; Dependência contextual; e Motivação para a aprendizagem (intrínseca e extrínseca).

Nessa teoria, o educando aprende, como partícipe ativo, construindo ideias, suscitando significado, explicando as informações, sempre a partir do conhecimento e das experiências preexistentes, caracterizando a Aprendizagem Significativa. Na Aprendizagem Significativa, há o intercâmbio entre o novo conhecimento e o conhecimento prévio. Nesse processo, que não é arbitrário e nem restrito, o novo conhecimento ganha significados para o aprendiz e o conhecimento prévio fica mais robusto, mais distinto, mais



elaborado quanto a significados, ganhando mais constância (MOREIRA; MASINI, 1982; MOREIRA, 1999).

### **Teoria Social Cognitiva**

A Teoria Social Cognitiva foi desenvolvida por Albert Bandura, e inicialmente, foi criada com o nome de Teoria da Aprendizagem Social e, ainda, é conhecida com essa nomenclatura por muitos pesquisadores e profissionais no Brasil. Porém, o conceito de aprendizagem social está obsoleto e necessita dar lugar a abordagens, que apresentam mais nitidamente a ação ativa, conferida aos indivíduos no processo de aprendizagem e a interlocução, que eles fazem com o cenário, principal intercessor deste processo (SANTANA; DIAS; OLIVEIRA, 2017).

Na Teoria Social Cognitiva, Bandura evidencia o conceito da autorregulação, no decorrer de seu percurso investigativo, como um processo consciente e espontâneo do indivíduo, que permite o domínio dos próprios comportamentos, pensamentos e sentimentos, ciclicamente, direcionado e ajustados para a aquisição de finalidades pessoais e conduzidos por modelos gerais de conduta (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008).

Se configura num fato multifacetado, que age por meio de processos cognitivos subsidiários, que agrega automonitoramento, julgamentos autoavaliativos e autorreações. A autorregulação, no modelo sociocognitivo, tem uma importante função no exercício da aprendizagem humana, competência do homem de intervir, de forma intencional, em seu ambiente, ou seja, as pessoas não somente reagem ao cenário externo, mas possuem a competência de pensar sobre ele, antecipar, cognitivamente, cenários construídos por ações e suas consequências, de modo a vislumbrar e elencar cursos de ação que avaliem mais adequados ou necessários. Assim, a técnica de autorregulação do comportamento, delineada por Bandura, tem três subprocessos: auto-observação, julgamento e auto reação.

### **Premissas delineadoras**

Diante dos saberes articulados em cada teoria disposta, faz-se necessário ressaltar que a definição de cada metodologia agregada a realidade do processo de ensino-aprendizagem na ESP-PB, traz atualmente, planos e programas educacionais elaborados em um compilado de premissas consistentes, de conhecimentos concebidos pela busca acadêmica e científica, no campo da educação, e, potencialmente, concretizadas para a formação de profissionais com os predicados desejados.

É importante ressaltar que para cada curso ofertado pela ESP-PB, a metodologia adotada para abordagem dos conteúdos deverá motivar os educandos ao aprofundamento do conhecimento das teorias e práticas que englobam o curso, não encerrando-se a aprendizagem no encontro entre os docentes e os estudantes.

Segundo Holmes e Abington-Cooper (2000) as premissas delineadoras das metodologias utilizadas nos processos educacionais, configuram-se em:

- **Centrado no Estudante:** Onde o educando deve exercer uma posição central no processo de ensino-aprendizagem, desempenhando um papel ativo na busca dos seus saberes, a partir de vivências e conhecimentos prévios, traçando seus objetivos e buscando ativamente novos conhecimentos. Assim, parte das atividades exercidas deverá ser de forma individual, motivando o educando a assumir a responsabilidade do seu aprendizado, bem como do desenvolvimento deste; ainda deve se fazer presente no processo avaliativo, para que seja capaz de elaborar um pensamento crítico do seu desempenho e de seus pares;
- **Baseado em Problemas:** A formulação de problemas deve ser disparadora, e fio condutor do processo de aprendizagem, potencializando as redes de conhecimento para desenvolvimento posterior. Desta forma, abrir o leque para os conhecimentos integrados, desenvolvimento de iniciativas de cooperação, suporte mútuo e a conformidade social;
- **Aprendizagem no Contexto:** Os saberes advindos de contextos semelhantes aos que serão utilizados, se tornam presentes na memória, de modo a facilitar a recuperação e aplicação, o que faz com que os currículos sejam formulados nesse olhar, procurando a máxima

proximidade à realidade de onde acontece, desenhando-se em torno de problemas ou temas, no contexto do estudante/usuário-paciente/comunidade;

- **Abordagem por Competência:** O currículo por competência facilita a compreensão profunda dos fenômenos ligados à saúde no contexto do estudante trabalhador. Já a integração elucida os aspectos interligados às competências, que devem ser desenvolvidas pelos profissionais de saúde no decorrer do seu processo de formação e educação permanente;
- **Orientação e Base na Comunidade:** voltada para a formação de profissionais de saúde com competência para lidarem com os problemas de saúde de relevância no âmbito de sua atuação, garantindo o perfil entre o estudante-trabalhador e as necessidades da comunidade, bem como modelos do sistema de saúde. Isso afirma a estreita relação que deverá existir entre o aprendizado e a realidade do território onde ela acontece.

A prática pedagógica dessa instituição utilizará de metodologias dialógicas, interdisciplinares, alicerçadas em conhecimentos científicos e práticos que deverão estar relacionados às condições histórico-sócio-culturais dos estudantes, o que requer planejamentos sistemáticos e coletivos, que contemplem todos os envolvidos no processo educacional da instituição.

### **Recursos didáticos**

Para se viabilizar uma prática pedagógica coerente com as premissas delineadas, os recursos didáticos deverão ser diversificados; a avaliação deverá ser processual e formativa, o que supõe atividades pedagógicas diferenciadas, amparadas em aprendizagens significativas, que consigam atender à diversidade sociocultural, os diferentes níveis e estrutura cognitiva, uma vez que na realidade dos cursos, os estudantes/trabalhadores, encontram-se em diferentes estágios particulares de vida e motivações. Os módulos/conteúdos serão desenvolvidos por meio de:

- Atividades em pequenos grupos e atividades em grandes grupos;
- Atividades síncronas e assíncronas;

- Laboratório de práticas;
- Materiais Didáticos;
- Atividades de interação como: palestras, debates, mesas redondas, rodas de conversa, entre outras.

A preparação, desenvolvimento e elaboração de módulos/conteúdo, produção de material didático, acompanhamento das aulas, realização e controle das avaliações estarão sob a responsabilidade do núcleo que acompanha o curso junto à equipe técnica e pedagógica de cada proposta:

- Núcleo de Formação Profissional: cursos de formação profissional, modalidade subsequente, cursos de curta e média duração, como capacitação, aperfeiçoamento e qualificação.
- Núcleo de Pós-Graduação: cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.
- Núcleo de Residências: programas de residências em saúde uniprofissionais, multiprofissionais e médicas.

#### **4.3.4 Organização curricular**

Como Escola de Governo, a ESP-PB oferta aos trabalhadores do Sistema Único de Saúde, cursos de educação profissional, na modalidade subsequente; cursos de curta e média duração, nas modalidades atualização, aperfeiçoamento e qualificação; cursos de pós-graduação *lato sensu*, programas de residências com efeito de pós-graduação *lato sensu*; e tem a pretensão, de ofertar, em parceria com outras IES, cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

A organização curricular utilizada pela escola traz para o estudante e para os profissionais envolvidos um espaço ímpar de construção de saberes. Permite a possibilidade de dialogar simultaneamente, e de forma articulada, com serviços que envolvem o processo educativo (ensino-serviço), atendendo ainda ao contexto regional.

A ESP-PB desenvolve em sua diretriz pedagógica um currículo por competência que consiste:

Em um currículo voltado para a construção de competências, [...] o que importa não é a transmissão do conhecimento acumulado, mas sim a virtualização de uma ação, a capacidade de recorrer ao que se sabe para realizar o que se deseja, o que se projeta (COSTA, 2005, p. 53).

A partir desta visão, a escola estimula, entre os estudantes, o desenvolvimento de competências\desempenhos, como por exemplo: tomar decisões, agregar e pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo de todo o processo de aprendizagem e enfatizar a perspectiva de estratégias de ensino a partir de situações-problema. Desta feita, o intuito é que os estudantes possam ir para além do acúmulo de conhecimentos, estabelecendo pontos de conexão entre formação continuada e emprego.

Assim, o currículo aponta para a propositura de não se tornar um fim em si mesmo, mas em colocar-se como uma ferramenta que esteja também a serviço do desenvolvimento do conhecimento do estudante/trabalhador a partir de situações reais. Nesse sentido, a escola busca romper ou minimizar as práticas tradicionais de formação, identificando, enquanto desafio, a incorporação em seus processos formativos do uso de modelos e metodologias voltadas à problematização e à reflexão crítica da realidade.

#### **4.3.5 Acompanhamento dos Egressos**

A ESP-PB se propõe a instituir um Programa de Atenção aos Egressos coordenado pela Comissão de Acompanhamento e Monitoramento Permanente do Egresso. O objetivo do programa é manter uma linha permanente de estudos e análises sobre os egressos, a partir de informações coletadas, objetivando avaliar o processo ensino-aprendizagem e adequar a formação do profissional às necessidades do mundo de trabalho.

O programa contará com uma base de dados, com informações dos egressos; mecanismos para a promoção de um relacionamento contínuo entre a Escola e seus egressos; e mecanismos para avaliar a adequação da formação do profissional para o mundo do trabalho. A partir das informações

constantes na base de dados, pretende-se estabelecer um canal de comunicação com os mesmos. Por meio desse canal, os egressos da ESP-PB recebem informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades de aperfeiçoamento contínuo oferecidos pela Escola.

A devolutiva dos egressos sobre a experiência no processo ensino-aprendizagem vivenciada na ESP-PB será fundamental para o aprimoramento das políticas de ensino/aprendizagem institucionais. Para tanto, através de realização de reuniões periódicas com pré-egressos e egressos, serão aplicados questionários físicos e online com o objetivo de obter informações sobre o(s) curso(s) realizados, destacando desafios e potencialidades do processo formativo na ESP-PB, a atuação e aplicação desta vivência no trabalho em saúde, dificuldades encontradas na prática profissional, perfil do profissional exigido no mercado, assim como, interesse em realizar outros cursos de aperfeiçoamento, residência ou pós-graduação. Os dados coletados serão analisados pela Comissão de Acompanhamento e Monitoramento Permanente do Egresso, realimentando o processo de atualização e aperfeiçoamento contínuo do Projeto Pedagógico da escola.

A partir das ações institucionais de acompanhamento de Egressos, a ESP-PB objetiva:

- I - Fomentar o relacionamento entre a ESP-PB e seus profissionais egressos, visando o aperfeiçoamento das ações institucionais concernentes à implementação de novos cursos e programas;
- II - Estimular e criar condições para a educação continuada e permanente de egressos, coerentes ao PDI e PP;
- III- Construir indicadores que subsidiem a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento de competências e habilidades, em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

#### 4.4 CONCEPÇÕES EM AVALIAÇÃO DO PROCESSO EDUCATIVO

A avaliação é entendida como trato com o conhecimento mediado entre o professor (a) / facilitador (a) e o estudante/trabalhador (a) de maneira contínua, exigindo uma reflexão para a ação, fazendo-se como um dos requisitos para

conclusão dos cursos oferecidos pela ESP-PB. Nesse sentido, o sujeito em formação é colocado como ator no processo de seu desenvolvimento.

O processo de avaliação deve contemplar métodos de arrolamento de informações durante as atividades cotidianas do discente. É importante que se valorizem em maior escala as habilidades individuais, contribuindo na construção das qualidades intelectuais/cognitivas e socioafetivas do aprendiz, de modo que possibilite informar ao discente sobre suas capacidades e deixar o docente ciente sobre o quanto está sendo aprendido (HOFFMAN, 2001).

A autora acima referida, relata que o desenvolvimento destas capacidades traz ao ser humano, competências, ou seja, processos peculiares que lhes dão estas e não aquelas características, provocando também, no formato de manifestações culturais e ocupações adultas dentro de especificidades. Desta forma, desenvolvimentos e aptidões como a comunicação verbal, a movimentação espacial, dentre outras, devem fazer parte do contexto da expressão do movimento integral deste jovem.

Assim, entende-se que o processo educativo e certamente o currículo caminham juntos nessa realidade, apoiando a todo momento de que modo o discente deve se desenvolver, além de possibilitar o conhecimento de componentes curriculares básicos alentando os estudantes na resolução de problemas e na realização de atividades conexas à vida na comunidade a que pertencem. Precisam exercer esse papel no desenvolvimento de acordos intelectuais individuais, nas relações com os grupos sociais e de trabalho, visando um diálogo constante de suas capacidades com suas competências, na busca de promover uma avaliação satisfatória da potencialidade de cada um.

A avaliação da aprendizagem do discente será expressa em competências a partir do perfil apresentado no programa e ou curso, conforme conceitos abaixo especificados, sendo considerado apto, o discente que for avaliado como desempenho satisfatório, conforme as descrições no quadro 9. Nesse sentido, a variabilidade dos conceitos (satisfatório pleno, satisfatório padrão, satisfatório de suficiência e insatisfatório ou precisa melhorar) pode ser considerada a partir de critérios relacionados aos discentes, aos instrumentos e ao projeto pedagógico do curso em questão.

**Quadro 9. Modelo de Edumetria Psicométrica aplicada na ESP-PB.**

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>SATISFATÓRIO PLENO</b>	<b>SATISFATÓRIO PADRÃO</b>	<b>SATISFATÓRIO DE SUFICIÊNCIA</b>	<b>PRECISA MELHORAR / INSATISFATÓRIO</b>
<b>APRESENTA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES (DATAS E ATIVIDADES)</b>	O portfólio (PF) apresenta clareza na cronologia, com descritores de datas em todas as atividades. Há padrões de horizontalidade na forma como é constituído o instrumento.	O PF apresenta cronologia, porém não em todos os momentos, sem comprometer o entendimento global e a visão horizontal do instrumento, há descritores de datas na maior parte das atividades.	O PF apresenta cronologia pouco evidente que compromete em alguns momentos (não criticamente) a leitura e o entendimento global do instrumento, há descritores de datas em poucas atividades.	O PF não apresenta clareza na cronologia, não há descritores de datas nas atividades. Não é possível observar horizontalidade na forma como é constituído o instrumento;
<b>É UM INSTRUMENTO QUE DEMONSTRA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM PREVISTOS PELA ETAPA</b>	É possível identificar plenamente no PF os objetivos de aprendizagem da atividade curricular propostos no caderno do curso, através das produções, reflexões e artigos.	É possível identificar no PF elementos que traduzem a maior parte dos objetivos de aprendizagem da atividade curricular propostos no caderno do curso, através das produções, reflexões e artigos.	É possível identificar no PF poucos elementos dos objetivos de aprendizagem da atividade curricular propostos no caderno do curso, através das produções, reflexões e artigos.	Não é possível identificar no PF elementos estruturados dos objetivos de aprendizagem da atividade curricular.
<b>SERVE COMO REFERÊNCIA PARA PESQUISA EM MOMENTOS POSTERIORES</b>	Lógica de estruturação que permite acesso a informações nele contidas, de forma rápida, clara e objetiva, constando de referências bibliográficas e material de apoio (artigos e livros).	Lógica de estruturação que permite acesso a informações nele contidas, constando de referências bibliográficas e material de apoio (artigos e livros).	Algum tipo de lógica que permite acesso a informações nele contidas, mas de forma trabalhosa, constando de poucas referências bibliográficas e pouco material de apoio (artigos e livros).	Não há lógica que permita acesso a informações nele contidas. As referências bibliográficas e material de apoio se perdem no instrumento.
<b>FOI UTILIZADO COMO INSTRUMENTO DE</b>	Há elementos que comprovam sua utilização como	Há elementos que sugerem sua utilização como instrumento de auto-	Há elementos que sugerem sua utilização como instrumento de auto-	Não há elementos que sugerem sua utilização como instrumento de auto-aprendizado. Não há



<b>APRENDIZADO (ALUNO SOUBE USAR O PORTFÓLIO PARA OTIMIZAR SEU APRENDIZADO)</b>	instrumento de auto-aprendizado (reflexões, textos, auto-referências), além de ferramentas de otimização de aprendizado (resumos, organogramas, figuras).	aprendizado, (reflexões, textos, auto-referências). Há pouca evidencia de outras ferramentas de otimização de aprendizado.	aprendizado, através de reflexões, textos, auto-referências, sem nenhuma evidencia de outras ferramentas de otimização de aprendizado.	correlação com as reflexões e textos. Não foram encontradas auto-referências ou outras ferramentas de otimização de aprendizado.
<b>APRESENTA INCLUSÃO DO MATERIAL QUE SERVIU PARA CONSTRUIR APRENDIZADO</b>	Inclusão e referenciamento das fontes bibliográficas e material de apoio (artigos e capítulos de livros) em todos os disparadores de aprendizado.	Inclusão e referenciamento da maior parte fontes bibliográficas e material de apoio (artigos e capítulos de livros).	Inclusão e referenciamento de pouca parte das fontes bibliográficas e material de apoio (artigos e capítulos de livros).	Não há inclusão e referenciamento das fontes bibliográficas e material de apoio (artigos e capítulos de livros).
<b>APRESENTA ANÁLISE CRÍTICA/ REFLEXIVA SOBRE O MATERIAL DE ESTUDO INCLUÍDO (COMENTÁRIOS SOBRE OS TEXTOS)</b>	Reflexão sobre as práticas realizadas e os materiais lidos. Há riqueza de detalhes e clara integração entre as atividades curriculares.	Reflexão sobre as práticas realizadas e os materiais lidos. Há períodos de maior e menor riqueza de detalhes. É possível identificar integração entre as atividades curriculares.	Raros momentos e reflexão sobre as práticas realizadas e os materiais lidos, com pobreza de detalhes e pouca integração entre as atividades curriculares.	Não há reflexão sobre as práticas realizadas e os materiais lidos.
<b>APRESENTA ARTICULAÇÃO DE CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS</b>	Integração entre conhecimentos teóricos e práticos através de reflexões consistentes (embasadas na literatura) que evidenciam mudanças	Integração entre conhecimentos teóricos e práticos através de reflexões com oportunidades de melhoria, embasadas na literatura, que traduzem a ideia de aplicação e modificação de	Integração entre conhecimentos teóricos e práticos em alguns momentos. Existem reflexões com oportunidades de melhoria, pouco embasadas na literatura e	Não é possível identificar a integração entre conhecimentos teóricos e práticos, podendo ser constatada a dissociação de ideias e ações; incluindo atividades de simulação e práticas de campo.

	atitudinais presentes em todo o portfolio; incluindo atividades de simulação e práticas de campo.	realidade, incluindo atividades de simulação e práticas de campo.	com pouca conotação atitudinal; incluindo atividades de simulação e práticas de campo.	
<b>REFLETE SOBRE A EVOLUÇÃO DE SEU DESEMPENHO PRÁTICO</b>	Reflexão sobre as práticas realizadas e auto-percepção de evolução de desempenho prático, bem como clareza na descrição da trajetória que levou à evolução.	Reflexão sobre as práticas realizadas e auto-percepção de evolução de desempenho prático, porém com pouca menção e descrição da trajetória que levou à evolução.	Reflexão sobre as práticas realizadas, porém com pouca menção à evolução de seu desempenho prático e sem descrição da trajetória que levou à evolução.	Não é possível identificar na construção/elaboração do PF a auto-percepção de evolução de desempenho prático.
<b>APRESENTA O PRODUTO DE SEUS ESTUDOS NA BUSCA DE MAIORES INFORMAÇÕES (QUE JULGOU QUE PRECISAVA SABER MAIS)</b>	É frequente na construção/elaboração do PF a gênese de novas dúvidas e novas buscas, traduzindo a ideia de aprender a aprender e corresponsabilização no aprendizado.	É ocasional na construção/elaboração do PF a gênese de novas dúvidas, com novas buscas, traduzindo a ideia de aprender a aprender e corresponsabilização no aprendizado.	É possível identificar na construção/elaboração do PF pequenos avanços em relação às produções de pequenos grupos, traduzindo pouco a ideia de aprender a aprender e corresponsabilização no aprendizado.	É possível identificar na construção/elaboração do PF que as buscas e respostas limitam-se às produções de pequenos grupos.
<b>APRESENTA REFLEXÃO SOBRE SEU DESEMPENHO NAS ATIVIDADES DO GRUPO</b>	Reflexões sobre as atividades de pequenos grupos, bem como o impacto no próprio aprendizado.	Reflexões sobre as atividades de pequenos grupos com poucos detalhes em relação ao impacto no próprio aprendizado.	Reflexões sobre as atividades de pequenos grupos descontextualizadas e sem inferência ao impacto no próprio aprendizado.	Não é possível identificar na construção/elaboração do PF reflexões sobre as atividades de pequenos grupos.
<b>APRESENTA REFLEXÃO SOBRE O DESEMPENHO DO GRUPO NAS</b>	Reflexões sobre as atividades dos grupos de prática, bem como o impacto no próprio	Reflexões sobre as atividades dos grupos de prática com poucos detalhes em relação ao impacto no próprio	Reflexões sobre as atividades dos grupos de prática descontextualizadas e sem inferência ao impacto	Não é possível identificar na construção/elaboração do PF reflexões sobre as atividades dos grupos de prática.

<b>ATIVIDADES PRÁTICAS</b>	aprendizado.	aprendizado.	no próprio aprendizado.	
<b>APRESENTA ESTÉTICA E ORGANIZAÇÃO QUE FACILITA APRENDIZAGEM/COMPREENSÃO</b>	O PF apresenta padrão estético bem como de organização em todas as atividades. Os padrões permitem interpretar e identificar como foi constituído o instrumento e como se deu o aprendizado horizontal.	O PF apresenta padrão estético bem como de organização em todas as atividades. Os padrões permitem interpretar e identificar parcialmente como foi constituído o instrumento e como se deu o aprendizado horizontal.	O PF apresenta padrão estético bem como de organização que muda ao longo da construção do instrumento. Os padrões permitem interpretar e identificar parcialmente como se deu o aprendizado horizontal.	O PF não apresenta padrão estético e de organização.
<b>PF REFLETE TER SIDO CONSTRUÍDO AO LONGO DA ETAPA</b>	O PF apresenta clareza na cronologia e reflexões permitindo a interpretação de construção contínua e longitudinal.	O PF apresenta clareza na cronologia e reflexões, permitindo parcialmente a interpretação de construção contínua e longitudinal.	O PF apresenta pouca clareza na cronologia e reflexões permitindo parcialmente a interpretação de construção contínua e longitudinal.	O PF não apresenta clareza na cronologia e reflexões, não permite a interpretação de construção contínua e longitudinal.
<b>FECHA O PF COM UMA REFLEXÃO DO SEMESTRE</b>	O PF apresenta ao final da etapa o fechamento reflexivo que contempla de forma articulada seus ganhos de aprendizado e atitudinais em todas as atividades curriculares.	O PF apresenta ao final da etapa o fechamento reflexivo que contempla com poucos detalhes e de forma pouco articulada seus ganhos de aprendizado e atitudinais em todas as atividades curriculares;	O PF apresenta ao final da etapa o fechamento reflexivo que contempla com pobreza de detalhes de forma desarticulada articulada seus ganhos de aprendizado e atitudinais em todas as atividades curriculares;	O PF não apresenta ao final da etapa o fechamento reflexivo.

Fonte: Elaboração, 2021.

No processo de ensino e aprendizagem os discentes devem ser avaliados em sua autonomia, protagonismo, criatividade, individualidade, conhecimento construído/adquirido, interação, relação entre teoria/prática, capacidade de análise-síntese, capacidade de aplicação dos conhecimentos, entre outros aspectos.

O processo de avaliação dos cursos oferecidos pela ESP-PB envolve: Avaliação dos Estudos das Unidades Educacionais que envolvem cada módulo, Estudos de Recuperação, Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Em todas estas etapas o professor (a)/facilitador (a)/tutor (a) deverá dar *feedback* por escrito e oral ao discente sobre seu processo de aprendizagem.

A avaliação do discente nos cursos oferecidos pela ESP-PB, procurará verificar as competências desenvolvidas durante o processo de ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar aos docentes, pronunciar-se sobre os avanços educativos dos referidos discentes e, a estes últimos, contar como ponto de referência para julgar onde estão, aonde querem chegar e do que irão necessitar para continuar aprendendo. Desta forma, a avaliação será planejada considerando-se 03 (três) de suas dimensões fundamentais, a partir das quais será conferido o diploma.

- Avaliação Diagnóstica Inicial - tentará recolher evidências sobre as formas de aprender dos estudantes, seus conhecimentos e ideias prévias, seus erros e pré-concepções. Caberá ao professor interpretar as evidências, percebendo o ponto de vista do aluno, o significado de suas respostas, as possibilidades de estabelecimento de relações, os níveis de compreensão que possui dos objetos a serem estudados.
- Avaliação Formativa - permite identificar o nível de evolução dos estudantes do processo ensino e aprendizagem, produzindo informações capazes de acompanhar e corrigir a ação pedagógica. Neste movimento, a análise de atividades leva em conta as experiências cognitivas das tarefas propostas, a detenção dos erros conceituais observados e as múltiplas situações vivenciais de aprendizagem.
- Avaliação Somativa - constitui-se na síntese de um tema, módulo ou curso, sendo o momento de reconhecer os alunos que alcançaram os resultados esperados, as competências, os desempenhos, os

conhecimentos e habilidades necessárias ao perfil de formação do estudante/trabalhador.

Portanto, a avaliação será contínua, ensejando acordos entre professores e alunos, com vistas a produzir informações necessárias para a retomada ou o aprofundamento do processo.

Para cada Proposta Pedagógica de Programas e/ou de Cursos, haverá definição prévia dos critérios e instrumentos de avaliação, cabendo ao professor explicá-los no início do Curso e verificando gradativamente o aproveitamento do aluno de acordo com os objetivos propostos. Além de tudo isso, deverá acrescentar nos critérios da avaliação da aprendizagem acima referidos, isoladamente ou de forma articulada, os itens:

- I- Autoavaliação;
- II- Seminários;
- III - Avaliação entre pares;
- III- Produção de textos;
- IV- Relatórios técnicos;
- V- Portfólio;
- VI- Avaliação cognitiva;
- VII- Observação do desempenho/participação.

AESP-PB em sua proposta e concepção de avaliação, considera a autoavaliação como processo a ser valorizado e estimulado para constituir um instrumento indispensável ao envolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem.

Para os estudantes que não alcançarem aprovação nos módulos, serão desenvolvidas sessões de estudos, em forma de recuperação em períodos específicos durante o curso.

#### **4.4.1 Plano de melhoria**

Entende-se por Estudos de Recuperação o tratamento especial dispensado aos discentes nas situações de avaliação de aprendizagem cujos resultados forem considerados pelo docente como insuficientes (Resolução CEC N° 384/2004).

A recuperação constitui parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e será realizada, de forma contínua, no decorrer do período letivo com programação específica prevista no planejamento/cronograma de execução do curso para aqueles estudantes que não alcançarem aprovação nos módulos, no primeiro momento. Sendo assim, serão desenvolvidas sessões de estudos em forma de recuperação em períodos específicos durante o curso.

As estratégias de recuperação a serem estabelecidas pelo facilitador deverão ser acordadas juntamente com a coordenação do curso, utilizando processos pedagógicos de acordo com as metodologias utilizadas pela ESP-PB, podendo também trabalhar com pesquisas, relatos de experiência ou outras atividades a critério do facilitador, sempre alinhadas com as metodologias construtivistas, com vistas ao aprimoramento da aprendizagem do discente.

#### **4.4.2 Estágio Supervisionado**

Os estágios curriculares do ESP-PB seguem o que rege a lei federal 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, em seu artigo 1º, onde afirma que:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008, p. 1).

Dessa forma, de acordo com a referida lei, em seu artigo 2º, parágrafo 1º, os cursos oferecidos pela ESP-PB se caracterizam como estágio obrigatório, "definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma" (BRASIL, 2008, p, 1).

Portanto, o Estágio Supervisionado é entendido como requisito obrigatório para conclusão dos cursos profissionalizantes e visa proporcionar vivências de situações reais no trabalho, para que dessa forma desenvolvam seus conhecimentos, competências e habilidades, postura profissional e ética, de forma holística e humanizada. Os discentes em estágio serão acompanhados pelos docentes com vivência nas áreas afins, orientados e supervisionados pelo coordenador local, atendendo as diretrizes de estágio.

O Estágio Supervisionado deve ser realizado concomitantemente com a teoria-prática onde os estudantes terão a oportunidade de aplicar os conhecimentos já adquiridos, os quais podem auxiliar e embasar a prática desse trabalhador. Além disso, deve ser pactuado com os serviços de saúde, de acordo com a demanda do curso, seguindo o fluxo estabelecido pela Rede Escola SUS - PB.

#### **4.4.3 Trabalho de Conclusão de Curso**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade complementar no processo de formação como requisito parcial para a conclusão do curso técnico, devendo o estudante respeitar os prazos e critérios de avaliação estabelecidos pela coordenação e equipe técnica de curso (coordenador e facilitadores).

O TCC deve constar de um Relato de Experiência, onde nele o estudante/trabalhador deve escrever uma síntese reflexiva narrando a experiência dos aprendizados ocorridos durante o curso.

A construção do TCC deve ser acompanhada pelos facilitadores e entregue, a versão final, no prazo pactuado com os facilitadores e coordenação do curso. O estudante/trabalhador terá um prazo para primeira entrega do TCC final para ser corrigido pelo facilitador e terá mais um prazo para ajustes finais, e nova entrega (final). Terá oportunidade de melhorar seu TCC aquele estudante/trabalhador que enviar o TCC nos prazos estabelecidos. Caso o TCC não seja entregue com os ajustes orientados ou no prazo acordado, terá um conceito de Não Apto, acarretando em não conclusão do curso.

#### 4.5 REQUISITOS DE ACESSO AOS CURSOS OFERECIDOS PELA ESP-PB

O acesso aos cursos oferecidos pela escola será feito por meio de processo seletivo acompanhado por Comissão Organizadora, designada pela diretoria da ESP-PB.

O inscrito deverá:

- Ser trabalhador do SUS, devidamente comprovado, via portaria, contrato ou declaração emitida pelo órgão a qual pertence;
- Ter ensino médio, devidamente registrado por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;
- Apresentar a liberação da chefia imediata para participar do curso;
- Ter conhecimentos mínimos de informática e acesso à internet.

#### 4.6 PERFIL DO ESTUDANTE EGRESSO

O perfil do egresso dos cursos de formação promovidos pelo ESP-PB remete a um profissional preparado técnico-científica e culturalmente, adequado aos novos conhecimentos e avanços tecnológicos, apto a conviver e respeitar a diversidade de sujeitos culturais, bem como as diversas formas de conhecimento, aplicando os princípios éticos, políticos e de humanização da saúde, bem como detentor de um olhar voltado para a realidade, em uma perspectiva crítica do contexto social, com competências necessárias para executar ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, capaz de integrar-se ao SUS, respeitando os seus princípios nos diversos níveis de atuação.

#### 4.7 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA ESP-PB

A política nacional de educação a distância no Brasil tem como fundamento a LDB e também é regulamentada por Decretos, Portarias, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação e dos respectivos Conselhos Estaduais. Nas últimas décadas, diante dos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação, bem como o aumento na demanda por educação em todo o mundo, a Educação a Distância (EAD) vem ganhando cada vez mais importância devido à sua relação estrutural com às múltiplas formas de aprendizagem (Woessmann, 2016).



A educação a distância “caracteriza-se como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”.

Conforme resolução nº200/2018 do Conselho Estadual de Educação, os cursos e programas de Educação a Distância devem apresentar as seguintes características fundamentais:

I - Flexibilidade de organização curricular, considerando tempo, espaço e interatividade condizentes com as condições de aprendizagem dos alunos;

II - Organização sistemática dos recursos metodológicos e técnicos, utilizados no processo de ensino e aprendizagem;

III –Interatividade, sob diferentes formas, entre os agentes do processo de ensino e aprendizagem;

IV - Acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem por professores e tutores, previamente selecionados para tal finalidade.

A ESP-PB tomou a decisão de implantar cursos a distância visando o acesso à formação profissional por questões de localização, ampliação do número de vagas e oferta dos cursos oferecidos pela escola, objetivando contribuir na ampliação de oportunidades educacionais no estado.

Os cursos referentes à Educação Técnica de nível médio estão em processo de credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação da Paraíba - CEE/PB, órgão regulador, que credencia as instituições de ensino vinculadas à educação básica no território estadual. Os cursos de Pós Graduação a serem oferecidos pela Escola de Saúde Pública do Estado da Paraíba, serão credenciados pelo MEC e somente serão oferecidos após a primeira resolução de autorização.

A escola também desenvolverá suas atividades de Educação a Distância em parceria com outros órgãos vinculados ao Governo do Estado da Paraíba, bem como outras IES, visando o fortalecimento do conhecimento e oferta de cursos para a formação dos profissionais vinculados à Saúde do Estado.

Entre as diretrizes iniciais, para implantar os cursos EAD, a escola busca:

- Definir a estruturação e o funcionamento da Educação a Distância, sua organização física, os processos, a estruturação e formação de pessoal;
- Estabelecer os princípios didático-pedagógicos e metodológicos de atuação da educação a distância para confecção de materiais de estudo e apoio de tutoria ao discente;
- Fortalecer a cultura da educação a distância;
- Fomentar e apoiar a integração da educação a distância e presencial;
- Buscar continuamente a melhoria das instalações e equipamentos e do suporte técnico para os alunos.

#### 4.8 ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Fundamentando-se nos princípios do direito à cidadania, em observância a legislação estadual ESP/PB, tem como objetivo consolidar as políticas educacionais de inclusão social, garantindo a permanência com êxito no percurso acadêmico de pessoas com deficiência (PCD).

Considerando aos padrões mínimos de infra-estrutura, a escola já atende:

- Adequação de um dos itinerários que comuniquem, horizontal e verticalmente, todas as dependências e serviços do edifício escolar, entre si e com o exterior, livre de batentes e obstáculos que impeçam ou dificultem o acesso das PCD ou com mobilidade reduzida a qualquer dos seus ambientes;
- Existência de pelo menos um banheiro/sanitário para cadeirantes;
- Existência de portas e corredores compatíveis com as dimensões das cadeiras de rodas ou equipamentos usados pelas PCD para o seu deslocamento.

No entanto, com o compromisso de ampliar esse atendimento, pretende-se:

- Aquisição de materiais, softwares, equipamentos de locomoção;

- Adequar a estrutura arquitetônica, de equipamentos e de procedimentos;
- Promover formação/capacitação aos professores para atuarem nas salas comuns que tenham estudantes PCD;

Dessa forma, a ESP-PB, pretende estabelecer as condições necessárias para o acesso e locomoção das PCD que utilizam o espaço público, seja como visitante ou discente de algum curso ofertado.

## **5. INFRAESTRUTURA FÍSICA, INSTALAÇÕES ACADÊMICAS E RECURSOS MATERIAIS**

### 5.1 BIBLIOTECA

<b>Equipamentos</b>	<b>Quantidade</b>
Biblioteca (100m <sup>2</sup> )	1
Computadores	2
Estante para livros	2
Mesa de estudo coletivo (4 pessoas)	2
Mesa de estudo coletivo (10 pessoas)	1
Mesa de estudo individual	1
Cadeiras	20
Impressora	1
Ar condicionado	2
Mesa de escritório	1

### 5.2 LABORATÓRIOS

<b>EQUIPAMENTOS</b>	<b>Quantidade (unidade)</b>
<b>Hemoterapia e Bioquímica</b>	
Microscópio óptico.	2
Analizador automático para bioquímica sanguínea.	01

Analisador automático para hematologia.	01
Analisador semi-automático para bioquímica	01
Agitador automático para placas.	01
Banho Maria.	02
Coagulômetro.	01
Destilador.	01
Estufa de Secagem.	01
Autoclave.	01
Geladeira FrostFree.	01
Frigobar.	01
Microcomputador c/ monitor.	02
Impressora multifuncional.	02
Pipetadores automáticos de volume graduável.	02
Pipetadores automático de volume fixo.	10
Pipetas volumétricas.	05
Placa de Kline.	05
Câmara de Newbauer.	05
Lâminas para microscopia.	20
Lamínulas para microscopia.	20
Cálice para sedimentação de fezes.	100
Tubo cônico para urinálises.	100
Tubo de hemólise.	5000
Estante para tubos de ensaio.	30
<b>Laboratório – Saúde Bucal</b>	<b>Quantidade (unidade)</b>
Amalgamadores	5
Manequins	40
Recortadores de Gesso	2

Plastificadoras	2
Vibradores de Gesso	1
Torno para polimento	1
Máquina de solda	1
Equipos odontológicos	1
Mesas Auxiliares	1
Balança de 5kg	1
Geladeira	1
Compressor	1
Kit de Alta e baixa rotação	2
Depósito autoclavável para algodão	2
Instrumentais odontológicos para prótese, dentística, cirurgia, ortodontia, endodontia, e periodontia	20
Aparelho de ultra-som	2
Fotopolimerizador portátil	1
Câmaras escuras de bancada	2
Aparelhos de Ultra-Som para esterilização	1
Autoclave Horizontal	1
Seladoras	1
Carrinho para Autoclave	1
Porta papel – Krafft	1
Aparelhos de raios x móvel	1
Spectro 70x	1
Aparelho de raio-X panorâmico I	1
Processadora automática de raio-X	1
Secadora de Filmes	1
Tanques para revelação manual	1

Identificador radiológico	1
Relógio de parede	1
Avental de chumbo (adulto)	1
Avental de chumbo (infantil)	1
Protetor de tireóide (adulto)	1
Protetor de tireóide (infantil)	1
<b>Laboratório – Informática</b>	<b>Quantidade</b>
SWITCH ETHERNET	3
Nobreak	12
Estabilizador:	45
Impressora Laser Colorida:	1
Computador Completo	45
<b>Laboratório de Habilidades</b>	<b>Quantidade</b>
Mesas Retangulares (grupos de 10 pessoas/cada)	03
Macas Hospitalares	04
Mesa Ginecológica	01
Bancada para evolução /prescrição	01
Balança pediátrica	01
Balança antropométrica adulto	01
Armários (tipo vitrine) para peças	02
Armário com portas para guarda demateriais	02
Bancada com Pia	01
Kit de Roupas Hospitalares (lençol, fronha)	15
Peças	
<b>Laboratório de Simulação de Práticas em Saúde</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Sala de Observação</b>	01
Cadeiras escolar com estofado com braços móvel	30
TV 52"	01
Sistema de áudio e vídeo	01

<b>Sala de Controle</b>	01
Bancada	01
Cadeira	02
Computador	01

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. Noção de competência e organização curricular. Rev Baiana Saúde Pública, v. 31, p 32-43, 2007.

AZEVEDO, J. A. Fundamentos filosóficos da pedagogia de Paulo Freire. Akrópolis Umuarama, v. 18, n. 1, p. 37-47, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento. Brasília-DF, 2013.

BUSS, P.M. Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública. Cadernos de Saúde Pública, v. 15, n.2, p. 177-185, 1999.

FERREIRA, R. P. N. et al. Simulação Realística como método de ensino no aprendizado de estudantes da área da saúde. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 8, e2508, 2018.

GLASSER W. Choice Theory. New York: HapperCollins;1998.

MOREIRA, A.F.; SILVA, T. T. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução. Currículo, cultura e sociedade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997, p 7-37.

ROMAN, C. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem no processo de ensino em saúde no Brasil: uma revisão narrativa. ClinBiomed Res, v. 37, n. 4, p 349-357, 2017.

SANTOS, W. S. Organização curricular baseada em competência na educação médica. RevBrasEducMéd, v. 35, p 86-92, 2011.

SOUZA, R. M. P.; COSTA, P. P. Educação Permanente em Saúde na formação da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública. *Saúde em Debate*, v. 43, p. 116-126, 2019.